



MDHC

MPI

IBGE

INMET

AGU

ANEEL

MINISTERIO DA SAUDE

MEC

Simulado Final

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

BLOCO 6

Setores Econômicos e
Regulação - Pós-Edital

PREVIC

MJSP

ANTAQ

ANS

MinC

GESTÃO gov.br

INMET

Simulado

Simulado Final CNU-BT6 (Setores Econômicos e Regulação)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Bloco 6 - Setores Econômicos e Regulação do CNU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/mF6TexFruhmohAdS9>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 15 - A B C D E | 29 - A B C D E | 43 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 16 - A B C D E | 30 - A B C D E | 44 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 17 - A B C D E | 31 - A B C D E | 45 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 18 - A B C D E | 32 - A B C D E | 46 - A B C D E | 60 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 19 - A B C D E | 33 - A B C D E | 47 - A B C D E | 61 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 20 - A B C D E | 34 - A B C D E | 48 - A B C D E | 62 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 21 - A B C D E | 35 - A B C D E | 49 - A B C D E | 63 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 22 - A B C D E | 36 - A B C D E | 50 - A B C D E | 64 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 23 - A B C D E | 37 - A B C D E | 51 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 24 - A B C D E | 38 - A B C D E | 52 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 25 - A B C D E | 39 - A B C D E | 53 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 26 - A B C D E | 40 - A B C D E | 54 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 27 - A B C D E | 41 - A B C D E | 55 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 28 - A B C D E | 42 - A B C D E | 56 - A B C D E | 70 - A B C D E |

CONHECIMENTOS GERAIS**POLÍTICAS PÚBLICAS***Rodrigo Rennó*

01. Na fase de implementação do ciclo de políticas públicas, um dos principais objetivos é garantir que a política seja aplicada conforme planejado, alcançando os resultados desejados. Qual das seguintes ações é essencial durante a fase de implementação para assegurar a eficácia da política pública?

- a) Revisão e ajuste das metas políticas baseadas em feedback político e social.
- b) Definição clara e articulada das políticas durante a fase de formulação.
- c) Coordenação entre os diversos níveis governamentais e agências envolvidas.
- d) Coleta e análise de dados para avaliação preliminar da política.
- e) Promoção de debates públicos para aumentar a conscientização sobre a política.

02. Theodore Lowi propôs uma tipologia para classificar as políticas públicas com base em seus efeitos sobre a sociedade e a natureza da intervenção governamental. Segundo Lowi, qual dos seguintes tipos de políticas é caracterizado pela distribuição de benefícios tangíveis a grupos específicos, com baixo nível de conflito, frequentemente levando a um alto grau de participação desses grupos no processo político, devido ao impacto direto percebido sobre seus interesses?

- a) Políticas regulatórias
- b) Políticas distributivas
- c) Políticas redistributivas
- d) Políticas constitutivas
- e) Políticas de comando e controle.

03. Políticas públicas são essenciais para a organização e funcionamento da sociedade, pois orientam a ação governamental e afetam a vida de todos os cidadãos. Qual das seguintes definições melhor encapsula o conceito de políticas públicas?

- a) Decisões e ações tomadas por governos locais que afetam apenas pequenas comunidades e não têm impacto em nível nacional.
- b) Estratégias e medidas adotadas exclusivamente por organismos internacionais para lidar com crises globais, sem intervenção dos governos nacionais.
- c) Conjunto de ações governamentais que visam resolver problemas específicos identificados pela administração pública, envolvendo desde a formulação até a avaliação de resultados.
- d) Processos administrativos rotineiros que ocorrem dentro de departamentos governamentais sem qualquer orientação estratégica ou objetivo claro.
- e) Atividades executadas por entidades privadas sob contrato com o governo, que não envolvem planejamento ou avaliação pelo setor público.

DESAFIOS DO ESTADO
DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA

Nelma Fontana

04. A respeito da democracia brasileira, aponte a alternativa INCORRETA.

- a) A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, instituiu um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos, entre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- b) O Brasil adota como regime político a democracia indireta, segundo a qual, embora a titularidade do poder seja do povo, seu exercício só se dá por meio de representantes eleitos.
- c) Plebiscito e referendo são formas de consultas diretas ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.
- d) A Constituição Federal permite que sejam realizadas concomitantemente às eleições municipais consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais, desde que sejam encaminhadas à Justiça Eleitoral até noventa dias antes da data das eleições.
- e) A Constituição Federal brasileira de 1988 foi a primeira a instituir um Estado Democrático de Direito.

05. Sobre a divisão e coordenação de Poderes da República, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Presidente da República, na qualidade de Chefe de Governo, decretar o estado de calamidade pública nacional.
- b) O Poder Executivo tem por função atípica a prática de atos de chefia de Estado, chefia de governo e atos de administração.
- c) Compete ao Poder Judiciário assegurar amparo, proteção ou tutela dos direitos dispostos nas leis e na Constituição, de forma que não pode exercer função legislativa, nem mesmo de forma atípica.
- d) Cabe ao Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional, nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- e) Não há no Estado brasileiro uma rigorosa separação de Poderes, pois o que se divide são as funções típicas do Estado (administrar, legislar e julgar) e essa divisão não é exclusiva, uma vez que um Poder pode exercer a função típica de outro nos casos autorizados pela Constituição Federal.

DESAFIOS DO ESTADO**DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Géssica Ehle*

06. O setor de Recursos Humanos de uma empresa, ao fazer um treinamento com seus servidores procurou trazer como pauta os Direitos Humanos, a fim de desenvolver a evolução e o trazer a eles o conhecimento sobre Universalização dos direitos em um contexto de desigualdades.

Nos termos do Decreto no 7.037/2009, o Programa Nacional de Direitos Humanos — PNDH-3, considerando o aprofundamento em um dos seus eixos orientadores e suas diretrizes, é possível afirmar que:

- a) A Integração e ampliação dos sistemas de informações em Direitos Humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- b) A Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena efetivação é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- c) A efetivação das diretrizes e dos princípios da política nacional de educação em Direitos Humanos para fortalecer uma cultura de direitos é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- d) A promoção da Educação em Direitos Humanos no serviço público é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- e) A transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal é uma diretriz que será estudada no treinamento.

07. Em 11 de Novembro de 2011 foi instituída a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição vigente, ou seja, 1988, durante esse período foi concedida a anistia àqueles que foram atingidos, em decorrência da motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares.

Assim, a fim de efetivar o direito à memória, à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, bem como examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas durante o regime militar, foi criada a mencionada comissão por meio da Lei nº 12.528/2011. Foram objetivos da Comissão Nacional da Verdade, EXCETO:

- a) Colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos.
- b) Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional.
- c) Promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.
- d) Promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior.
- e) Indiciar criminalmente os indivíduos que tenham violado os direitos humanos no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição vigente.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Antônio Daud*

08. Segundo disposto no Decreto 11.529/2023, devem ser objeto de divulgação no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal as seguintes informações, EXCETO:

- a) orçamento anual de despesas e de receitas públicas do Poder Executivo federal.
- b) licitações e as contratações realizadas pelo Poder Executivo federal.
- c) notas fiscais eletrônicas relativas às compras públicas.
- d) informações sobre os servidores públicos federais e sobre os militares, incluídos nome, detalhamento dos vínculos, remuneração e filiação a organização de caráter político.
- e) relação dos servidores da administração pública federal punidos com demissão, destituição ou cassação de aposentadoria.

09. Assinale a alternativa que CONTRARIA as regras legais sobre o Governo Digital (Lei 14.129/2021):

- a) O acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço, em que não há necessidade de mediação humana.
- b) Os documentos nato-digitais assinados eletronicamente são considerados originais para todos os efeitos legais.
- c) No caso de indeferimento de abertura de base de dados, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 dias, contado de sua ciência.
- d) É dever dos órgãos públicos realizar todas as comunicações, as notificações e as intimações por meio eletrônico, visto que tal forma de comunicação caracteriza direito subjetivo do usuário de plataformas digitais.
- e) Qualquer informação de transparência ativa é de livre utilização pela sociedade, como regra geral.

DECRETO NO 1.171/1994; DECRETO NO 9.203*Tiago Zanolla*

10. Helena, uma servidora no departamento de atendimento ao público, sempre se preocupou em seguir as normas éticas estabelecidas pelo serviço público. Ela reflete sobre os princípios descritos no Código de Ética para melhorar constantemente seu desempenho. Qual das seguintes ações de Helena é considerada exemplar segundo os princípios éticos?

- a) Helena ocasionalmente permite que as filas de espera se acumulem enquanto faz pausas mais longas, acreditando que pequenos atrasos não afetam significativamente o bem-estar dos usuários.
- b) Helena utiliza recursos do departamento para fins pessoais, justificando que seu trabalho extenuante justifica pequenas compensações.
- c) Em sua vida pessoal, Helena evita qualquer comportamento que possa refletir negativamente em sua função pública, mantendo uma conduta exemplar tanto no trabalho quanto fora dele.
- d) Helena segue rigorosamente as ordens de seus superiores, mas opta por não reportar pequenas irregularidades que observa, para manter um ambiente de trabalho harmonioso.
- e) Helena prefere resolver os problemas dos usuários de maneira rápida, mesmo que isso signifique omitir algumas informações para não complicar o processo.

TRANSPARÊNCIA E IMPARCIALIDADE NOS USOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO

Paolla Ramos

11. Em 2013, Loomis foi condenado com auxílio do software COMPAS (Correctional Offender Management Profiling for Alternative Sanctions), um software privado, que funciona a partir de um algoritmo secreto, ao qual nem os juízes que o utilizam têm acesso. O software avaliou seu risco de reincidência e violência para determinar negativa de liberdade provisória e aumento da pena. A utilização de um algoritmo secreto em decisões judiciais levanta questões éticas e legais.

Com base no texto, entende-se que há um problema específico ligado à

- a) Transparência e explicabilidade algorítmica.
- b) Eficiência e velocidade do processo judicial.
- c) Conformidade do software com padrões internacionais de segurança.
- d) Capacidade do software de processar grandes volumes de dados.
- e) Interoperabilidade do software com outros sistemas judiciais.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

Ricardo Torques

12. O ECA (Lei 8.069/1990) estabelece ser direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Sobre o Direito à Convivência Familiar e Comunitária, é correto afirmar que:

- a) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 12 (doze) meses.
- b) Será vedada a convivência da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.
- c) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 2 (dois) meses.
- d) Pessoas jurídicas não podem apadrinhar criança ou adolescente.
- e) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

13. Considere o seguinte texto: *“Asas para Todos é um programa estratégico da ANAC criado para fomentar a diversidade, a inclusão, a capacitação e a formação aeronáutica na aviação civil brasileira. A iniciativa integra o rol de ações do pilar social da Política de Sustentabilidade da Agência e foi idealizada para ampliar a participação de todas as camadas da população no setor da aviação civil. As atividades são direcionadas a estudantes de baixa renda, mulheres, profissionais da área, passageiros e servidores da Agência”*. Um dos pilares do programa é o de *“Mulheres na Aviação”*. Segundo o programa, *“Hoje, no Brasil, apenas 3,2% dos pilotos são mulheres e pouco mais de 10% dos engenheiros do setor são do sexo feminino. A ANAC tem avançado nas iniciativas em prol da equidade no transporte aéreo, com a assinatura de acordos internacionais, e confirma esse compromisso por meio de projetos desenvolvimentos especificamente para esse público.”*

A respeito do tema diversidade e inclusão e com base nos excertos do texto supracitado, assinale a alternativa correta:

- a) Para a inclusão e a diversidade, basta o reconhecimento da igualdade formal.
- b) O referido programa viola a noção de igualdade, uma vez que privilegia as mulheres de forma indevida.
- c) O baixo índice das mulheres na aviação civil não justifica a criação do referido programa, sendo uma mera consequência dos méritos individuais.
- d) A Constituição Federal estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, de modo que o programa é violador de norma constitucional.
- e) O referido programa é exemplo de obrigação positiva especial voltada a proteção de grupo vulnerável.

14. O Decreto 7.053/2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Sobre a população em situação de rua, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de grupo populacional homogêneo.
- b) Para assim se caracterizarem, a utilização dos logradouros públicos como espaço de moradia deve ocorrer de forma permanente.
- c) Não compreende a utilização de áreas degradadas como espaço de moradia.
- d) Possuem em comum vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.
- e) Não há, no decreto, um conceito da população em situação de rua.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA.

André Rocha

15. Leia o texto a seguir para responder à questão.

“Com a aproximação da COP-30, sediada no Brasil, o governo brasileiro alcança o protagonismo na discussão ambiental e de sustentabilidade. Na sexta-feira (12) e no sábado (13), o Governo Federal organizou a segunda reunião do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Ambiental e Climática do G20.

Representantes de 32 países e 18 organizações internacionais participaram de debates sobre adaptação climática e oceanos na sede do G20, em Brasília (DF).

Coordenado pelos ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima e das Relações Exteriores, o GT busca incentivar a cooperação na agenda ambiental, encontrar soluções para a emergência climática e promover o desenvolvimento sustentável.

‘O desafio que se impõe, diante da difícil realidade da mudança do clima, da perda de biodiversidade e dos intensos processos de desertificação é o de uma atuação transversal e planejada, baseada em robusto e articulado pacto entre governos, setores produtivo, acadêmico, científico e a sociedade civil’, discursou a ministra Marina Silva na abertura do encontro’.

Fonte: Brasil coordena reunião do G20 sobre mudanças climáticas. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/brasil/855593/brasil-coordena-reuniao-do-g20-sobre-mudancas-climaticas?d=1>

Sobre desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, assinale a alternativa correta.

- a) A Agenda 2030 é um compromisso compulsório de cooperação internacional entre os países, os quais ficam sujeitos às sanções da Corte Internacional de Justiça em caso de descumprimento.
- b) O desenvolvimento sustentável busca a proteção do meio ambiente em detrimento da exploração econômica dos recursos naturais.
- c) O Brasil possui sua própria contribuição nacionalmente determinada a ser cumprida no âmbito do Acordo de Paris, a qual prevê que a redução das emissões de gases de efeito estufa em 48% até 2025, em relação às emissões de 2005.
- d) O conceito legal de mudança climática brasileiro diz respeito à mudança no estado do clima que pode ser identificada por meio de testes estatísticos e que pode ser devida a processos naturais internos ou forçamentos externos.
- e) Os principais gases de efeito estufa são o dióxido de carbono, o nitrogênio e o metano.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Herbert Almeida

- 16.** O Estado Alfa adotou os procedimentos para cobrança do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da sociedade de economia mista Gama, que pertence à União. Segundo o Estado, por se tratar de entidade de direito privado, não seria aplicável à empresa estatal o benefício da imunidade tributária recíproca.

A sociedade de economia mista Gama, contudo, informou que, por ser prestadora de serviços públicos, em regime de exclusividade, faz jus à imunidade tributária prevista na Constituição Federal.

Sobre o tema, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar que:

- a) o argumento da empresa estatal não procede, tendo em vista que a imunidade tributária somente se aplica às entidades de direito público.
- b) todas as empresas estatais prestadoras de serviços públicos gozam de imunidade tributária recíproca.
- c) o argumento da sociedade de economia mista é procedente, desde que não ocorra distribuição de lucros entre os seus acionistas.
- d) a imunidade tributária recíproca aplica-se a todas as entidades da administração pública.
- e) em razão do princípio da indisponibilidade, o instituto da imunidade tributária é inconstitucional.

17. Jorge é servidor federal e foi demitido em processo disciplinar, por fato também previsto na legislação penal.

Inconformado com o andamento do processo e aplicação da pena, Jorge buscou ajuda de advogado, relatando os seguintes fatos: (i) a denúncia apresentada foi anônima; (ii) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar não fez exposição detalhada dos fatos imputados; (iii) ao longo do processo, a comissão processante pegou provas emprestadas produzidas no inquérito penal, mas que, a despeito da veracidade dos fatos apurados, foram coletadas de forma ilícita pela autoridade policial; (iv) a autoridade julgadora demorou quarenta dias para emitir a decisão do processo disciplinar; (v) a conduta que lhe foi imputada constava em artigo da Lei nº 8.112/1990 que previa a pena de demissão, mas Jorge pretendia questionar o mérito, alegando ter atuado como servidor exemplar ao longo da carreira, de modo que a sanção que lhe foi imposta foi desproporcional.

Considerando a situação hipotética acima e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o seu advogado respondeu corretamente que:

- a) É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa, independentemente de sua licitude, em razão do princípio da verdade material que prevalece no processo administrativo.
- b) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade, em virtude da presunção de prejuízo à defesa.
- c) Não é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, uma vez que o poder-dever de autotutela imposto à Administração não pode confrontar disposição expressa da Lei nº 8.112/1990, que exige que a denúncia seja identificada, nem a vedação constitucional ao anonimato.

d) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

e) A autoridade administrativa dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei n. 8.112/1990, mas o juízo competente não pode anular a pena sob alegação de desproporcionalidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

18. Qual das seguintes alternativas NÃO representa uma função tradicional do governo na economia?

- a) Fornecimento de bens públicos, como defesa nacional e infraestrutura pública.
- b) Correção de falhas de mercado, incluindo externalidades negativas como a poluição.
- c) Distribuição de renda para promover a equidade social através de programas de assistência social.
- d) Regulação e supervisão de mercados financeiros para garantir estabilidade e transparência.
- e) Maximização dos lucros das empresas privadas através de intervenções diretas no mercado.

19. Qual das alternativas a seguir melhor descreve a função de estabilização macroeconômica realizada pelo governo na economia?

- a) Implementar políticas para controlar a oferta total de dinheiro na economia.
- b) Promover o desenvolvimento de setores específicos da economia, como tecnologia e energia renovável.
- c) Estabelecer monopólios estatais em indústrias-chave para garantir a eficiência do mercado.
- d) Regular exclusivamente o comércio internacional para balancear a balança comercial.
- e) Oferecer garantias de empréstimo para empresas privadas sem considerar os riscos econômicos.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO*Leandro Ravyelle*

20. A regulação nada mais é do que a ordenação das atividades econômicas. Assim, a regulação da atividade econômica e a neutralização dos fatores podem levar ao desequilíbrio de um sistema econômico, servindo, assim, para manter ou restabelecer o funcionamento do sistema econômico de modo equilibrado.

Acerca das funções econômicas do orçamento e da política fiscal no Governo brasileiro, assinale a alternativa incorreta

- a) Política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas
- b) A função estabilizadora consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços
- c) A função redistributiva visa assegurar a distribuição equitativa da renda
- d) Os resultados da política fiscal podem ser avaliados sob diferentes ângulos, que podem focar na mensuração da qualidade do gasto público bem como identificar os impactos da política fiscal no bem-estar dos cidadãos
- e) Resultado fiscal primário é o resultado da diferença entre receitas e despesas primárias, acrescido do pagamento líquido de juros

EIXO TEMÁTICO 1**GESTÃO GOVERNAMENTAL***Elisabete Moreira*

21. Um determinado ministério do governo federal está elaborando seu planejamento estratégico, integrado as diretrizes do governo e vem se utilizando de diversas metodologias e ferramentas adaptadas da iniciativa privada, cada uma com suas especificidades, para determinar sua estratégia.

Quanto às metodologias/ferramentas, ela (s) est(á) ão adequadamente descrita (s) a seguir:

- a) a metodologia Balanced ScoreCard – BSC é direcionada para alinhar a estratégia ao operacional, visando a manutenção e integração dos diversos objetivos e indicadores estabelecidos.
- b) as metodologias Cinco Forças e Cadeia de Valor de Porter são direcionadas para a melhoria operacional.
- c) a estratégia reativa de Miles e Snow é uma ferramenta adotada em ambientes turbulentos, com eficiência comprometida.
- d) a estratégia de portfólio da Matriz BCG que atua em mercados com alto crescimento e baixa participação é denominada vaca leiteira.
- e) A estratégia de diferenciação de Porter tem como objetivo atuar no mercado com preços baixos e competitivos, visando obter vantagem competitiva.

22. Considere o texto a seguir:

O exercício das funções do poder Executivo é realizado através da administração direta e da administração indireta. A administração direta compreende a estrutura diretora ou gerencial da Presidência da República, dos ministérios e das secretarias de Estado, responsáveis por formular e implementar as políticas para os setores que representam. São encarregados, ainda, de estabelecer estratégias, diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos públicos.

Levando-se em consideração que um determinado ministério está elaborando um estudo de viabilidade, levantando informações e formalizando-as em um único documento, visando definir o novo produto, resultado do projeto, é correto afirmar que tal documento pode ser denominado.

- a) Plano de Iniciação do Projeto
- b) Termo Analítico do Projeto
- c) Plano de Gerenciamento do Projeto
- d) Estrutura Analítica do Projeto
- e) Termo de Abertura do Projeto

23. A análise da competição e a geração de valor exigem o uso de ferramentas de gestão que permitam a quantificação de resultados. A administração governamental inspirada nos modelos de gestão privada vem adotando diversos instrumentos adaptados à realidade pública, com vistas a prestar um serviço excelente, eficiente, eficaz e efetivo ao cidadão. Acerca dessas ferramentas de gestão, aponte a alternativa correta.

- a) A análise SWOT tem como objetivo integrar os recursos organizacionais à análise do ambiente externo, revendo os cenários desenhados, tornando-os obsoletos, para garantir a inovação.
- b) A metodologia OKR – Objectives and Key Results visa alinhar e engajar todos os colaboradores em torno de metas e resultados, que podem ser classificados em *baseline*, *milestone*, métricas positivas e negativas e *threshold*.
- c) A metodologia OKR - Objectives and Key Results utiliza predominantemente o modelo top-down, partindo do topo, para o devido alinhamento estratégico na consecução dos objetivos.
- d) Os indicadores estratégicos focam na proporção de recursos consumidos com relação às saídas dos processos, ou seja, são reconhecidos como indicadores de eficácia na medida em que são capazes de medir os resultados alcançados.
- e) A matriz GUT – gravidade, urgência e tendência, é uma ferramenta que pode ser utilizada para fomentar a criatividade e o surgimento de novas ideias.

24. A Gestão de processos é uma ferramenta de gerenciamento que foca em mapear e aprimorar os processos organizacionais, com vistas ao atendimento das necessidades do cliente/cidadão. No âmbito da Administração pública, visando a inovação e a melhoria dos serviços públicos, foi lançado através da Diretoria de Inovação - GNova da Enap, o GNova Transforma com a missão de mobilizar e conduzir equipes na construção colaborativa de soluções para problemas públicos e estratégias organizacionais.

O objetivo é “conectar pessoas, instituições e governos para criar soluções inovadoras, utilizando uma abordagem que combina métodos como etnografia, análise comportamental, *design thinking* e teoria da mudança sistêmica”.

Levando-se em consideração o texto acima, aponte a alternativa correta acerca da gestão de processos.

- a) A árvore de objetivos é uma técnica de visualização para a compreensão das causas e consequências de um problema.
- b) O digrama de Ishikawa é uma ferramenta utilizada na construção da árvore de objetivos, demonstrando a relação de causa e efeito dos problemas.
- c) No modelo básico da árvore de problema, a situação-problema é o tronco, suas principais causas são as raízes, e os efeitos negativos ou consequências que ela provoca na população-alvo são os galhos e as folhas.
- d) Na visão moderna, a gestão por processo requer líderes que se destacam por terem uma boa oratória, com vistas a demonstrar a visão a ser seguida para a implementação da melhoria de um processo. A escuta ativa deve se restringir ao feedback, para garantir que todos estejam no mesmo compasso.
- e) O brainstorming é uma técnica utilizada em processos criativos, que se utiliza de filtros que levam o grupo a escolher ideias sobre as quais podem debruçar-se para prosseguir à conversa.

25. A cultura organizacional pode ser um fator de sucesso ou fracasso e visa promover identidade e personalidade, além de repercutir na imagem externa da organização. Na administração pública, o PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – tinha como um dos seus desafios promover uma mudança na cultura, visando substituir o modelo de desconfiança prévia para um modelo de confiança limitada; de um modelo de controle a priori, para o controle a posteriori; do foco na hierarquia para o foco nos resultados, entre outros aspectos. Levando em consideração que na administração pública ainda predominava o modelo burocrático, o tipo de cultura organizacional que prevalece é a

- a) do poder
- b) da tarefa
- c) dos papéis
- d) da pessoa
- e) do resultado

GESTÃO DE RISCOS*Stefan Fantini*

26. De acordo com o Decreto 9.203/2017, a “alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos da organização no cumprimento da sua missão institucional, observados os seguintes princípios, EXCETO:
- a) implementação e aplicação de forma sistemática, estruturada, oportuna e documentada, subordinada ao interesse público.
 - b) integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais.
 - c) estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de maneira a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício.
 - d) utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança.
 - e) realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente, segundo os padrões de auditoria e ética profissional reconhecidos internacionalmente.

27. De acordo com os conceitos da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1 de 2016, correlacione as colunas 1 e 2.

Coluna 1

- I – Risco
- II – Risco Inerente
- III – Risco Residual

Coluna 2

- A – possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos. O risco é medido em termos de impacto e de probabilidade.
 - B – risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto.
 - C – risco a que uma organização está exposta após a implementação de ações gerenciais para o tratamento do risco;
- A correlação correta é:
- a) I-B, II-A, III-C
 - b) I-A, II-C, III-B
 - c) I-B, II-C, III-A
 - d) I-A, II-B, III-C
 - e) I-C, II-B, III-A

SUSTENTABILIDADE DAS CONTRATAÇÕES

André Rocha

28. Sobre aspectos de sustentabilidade nas contratações públicas, é correto afirmar que a Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)

- a) possibilita margem de preferência tanto para bens reciclados quanto recicláveis.
- b) prioriza a preferência no desempate para empresas que forem certificadas pelo sistema ISO 14.001 (Sistema de Gestão Ambiental).
- c) prevê o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável como um dos princípios do processo licitatório.
- d) atribui exclusivamente ao órgão público a responsabilidade por solicitar as licenças ambientais do empreendimento, quando aplicável.
- e) é silente quanto ao cumprimento de legislação de natureza ambiental nas obras e serviços de engenharia.

CONTROLES INTERNOS E EXTERNOS E LGPD

Antônio Daud

29. Analise as seguintes situações:

- I. revogação de ato administrativo.
- II. homologação de procedimento licitatório.
- III. julgamento das contas pelo tribunal de contas.
- IV. investigações realizadas por comissão parlamentar de inquérito (CPI).
- V. ação por improbidade administrativa apresentada em face de gestor público.
- VI. ação popular.
- VII. anulação de procedimento administrativo no exercício da autotutela.

Pode-se afirmar que são instrumentos do controle administrativo APENAS aqueles mencionados nos itens:

- a) I e II.
- b) I, II e V.
- c) II e VII.
- d) I, II e VII.
- e) I e IV.

30. Assinale, à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), alternativa que NÃO menciona corretamente hipótese de tratamento de dados pessoais:

- a) proteção da incolumidade física de qualquer pessoa.
- b) cumprimento de obrigação regulatória pelo controlador dos dados.
- c) mediante fornecimento de consentimento não escrito que contém inequívoca manifestação de vontade do titular.
- d) quando necessário para atender aos interesses legítimos de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.
- e) em qualquer procedimento para tutela da saúde do titular dos dados.

EIXO TEMÁTICO 2**POLÍTICAS PÚBLICAS***Stefan Fantini*

31. A avaliação que ocorre durante a implementação, para avaliar o “andamento” da política pública, sendo realizada para se adquirir mais “conhecimento” sobre o processo, com o objetivo de melhorar a implementação e o desenvolvimento da política, é chamada de:

- a) Avaliação Ex Post
- b) Avaliação Ex Ante
- c) Avaliação In Itinere
- d) Avaliação Somativa
- e) Avaliação Posterior

ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS*Rodrigo Rennó*

32. Arranjos institucionais referem-se às estruturas organizacionais e aos mecanismos de governança que facilitam a implementação de políticas públicas. Qual das seguintes opções melhor descreve o impacto que arranjos institucionais eficazes podem ter sobre a implementação de políticas públicas?

- a) Permitem uma maior autonomia para atores não governamentais, reduzindo a responsabilidade do governo na gestão de políticas.
- b) Facilitam a coordenação entre diferentes níveis de governo e entidades privadas, aumentando a eficácia e a eficiência na execução de políticas.
- c) Limitam a participação pública no processo decisório, assegurando que decisões técnicas sejam tomadas sem interferência política.

- d) Concentram o poder decisório em uma única entidade, garantindo maior rapidez na tomada de decisões, mas com risco de reduzir a transparência.
- e) Enfatizam a descentralização e a fragmentação do processo decisório, para melhor adaptar as políticas às necessidades locais, porém podem causar inconsistências na política nacional.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO*Jonathan Roitman*

33. Conforme o DECRETO 10.534/2020, a Política Nacional de Inovação consiste em, exceto:

- a) No estabelecimento dos princípios, dos eixos, dos objetivos e das diretrizes de longo prazo que nortearão as estratégias, os programas e as ações do Governo federal que visam ao incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento no setor produtivo, para promover o aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira
- b) Na instituição do referencial para identificar, priorizar e alinhar as iniciativas e as políticas de fomento à inovação do Governo federal e para orientar a formulação de medidas novas de fomento e de apoio à inovação
- c) Na estruturação de governança interministerial para articular, orientar, priorizar e acompanhar a ação governamental no fomento e no apoio à inovação
- d) No arcabouço político-jurídico de proteção à inovação, processo gerenciado pelo alto escalão governamental e destinado a garantir que o inventor receba todos os valores ajustados quando do licenciamento e concessão de propriedade intelectual
- e) No estabelecimento de diretrizes para monitorar e avaliar as políticas, os programas e as ações de fomento e de apoio do Governo federal à inovação

LEI NO 11.540/2007 - FNDCT*Géssica Ehle*

34. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, criado em 1969, é um fundo de natureza contábil e financeira que tem como objetivo financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do País.

A Finep exerce a função de secretaria-executiva do FNDCT, conforme determinado pelo Decreto nº 68.748, de 15 de junho de 1971, e ratificado na Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, responsabilizando-se por todas as atividades de natureza administrativa, orçamentária, financeira e contábil.

Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Assim, A Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, na qualidade de Secretaria-Executiva do FNDCT, terá como competência:

- a) Adotar as providências necessárias para instalação do Conselho Diretor no prazo de até 90 (noventa) dias.
- b) Recomendar a contratação de estudos e pesquisas com o objetivo de subsidiar a definição de estratégias e políticas de alocação dos recursos do FNDCT;
- c) Prestar contas da execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos do FNDCT ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Conselho Diretor;
- d) Efetuar avaliações relativas à execução orçamentária e financeira do FNDCT;
- e) Realizar apenas diretamente estudos e pesquisas recomendados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Conselho Diretor;

LEI NO 8.248/1991 E ALTERAÇÕES (LEI DAS TIC)*Jonathan Roitman*

35. A Lei das TIC (Lei n. 8248/1991), dispõe sobre capacitação e competitividade do setor de informática e automação. Ela trata, por exemplo, da ordem de preferência nas aquisições de bens e serviços de informática e automação, trazendo, inclusive, determinados benefícios. Segundo a lei, o Presidente da República está autorizado a avaliar a inclusão no gozo dos benefícios de que trata esta Lei de alguns produtos. Aponte um deles:

- a) terminais portáteis de telefonia celular
- b) toca-discos
- c) gravadores de suportes magnéticos
- d) aparelhos videofônicos de gravação ou de reprodução
- e) toca-fitas

AGENDA 2030: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO BRASIL NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E CONVENÇÃO QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (UNFCCC)

André Rocha

36. Sobre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - CQNUMC (em inglês, *United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC*), assinale a alternativa correta.

- a) Cada emenda deve entrar em vigor para as Partes que a tenham aceitado no nonagésimo dia após o recebimento dos instrumentos de aceitação de pelo menos três quartos das Partes da Convenção.
- b) O Acordo de Paris é o órgão supremo da UNFCCC.
- c) As sessões ordinárias da Conferência das Partes (COP) devem ser realizadas quinquenalmente.
- d) No caso de controvérsia entre duas ou mais Partes no que respeita à interpretação ou aplicação da Convenção, as Partes envolvidas devem submeter a controvérsia à Corte Internacional de Justiça.
- e) Cabe ao Órgão Subsidiário de Implementação organizar as sessões da Conferência das Partes e dos órgãos subsidiários estabelecidos pela Convenção e prestar-lhes os serviços necessários.

ECONOMIA CIRCULAR

Celso Natale

37. A Economia Circular tem se destacado em debates sobre sustentabilidade e impacto ambiental. A economia circular é definida como o(a)

- a) estratégia que busca reduzir os custos do produto ao economizar materiais por meio de seu aproveitamento em várias etapas do processo produtivo.
- b) obtenção de economia através de recursos não renováveis, tais como petróleo e carvão.

- c) produção de energia elétrica pela incineração de resíduos sólidos municipais.
- d) emprego de fontes de energia renováveis exclusivamente, como energia eólica, para reduzir a emissão de carbono.
- e) processo que busca a reutilização e reciclagem de materiais para minimizar o desperdício e reduzir a dependência de recursos naturais.

REGIME DE CONCESSÃO E PERMISSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI NO 8.987/1995 E ALTERAÇÕES). NORMAS PARA OUTORGA E PRORROGAÇÕES DAS CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI NO 9.074/1995 E ALTERAÇÕES)

Herbert Almeida

38. Em relação à política tarifária das concessões e permissões de serviços públicos, nos termos da Lei nº 8.987/1995, assinale a opção correta:

- a) a tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação, vedada a revisão no curso do contrato.
- b) a tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e sempre terá sua cobrança condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.
- c) caso alguma alteração contratual leve ao desequilíbrio da equação econômico-financeira, o poder concedente deve restabelecer o equilíbrio em momento concomitante à alteração.
- d) a concessionária deverá licitar para utilizar os recursos decorrentes das tarifas pagas pelos usuários dos serviços públicos.
- e) em obediência ao princípio da isonomia, é vedado o estabelecimento de tarifas diferenciadas em função de características técnicas.

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

39. O objetivo de uma pesquisa era o de se obter, relativamente aos moradores de certo bairro, informações sobre duas variáveis: qual o grau de escolaridade e time para o qual cada um torce. Para cumprir tal objetivo, todos os moradores foram entrevistados e perguntados quanto ao grau de escolaridade, e, dentre todos os moradores, foram selecionados aleatoriamente 400 para informar para qual time torciam.

As abordagens utilizadas para as variáveis grau de escolaridade e time para o qual cada servidor torce foram, respectivamente,

- a) amostragem sistemática e amostragem aleatória simples.
- b) censo e amostragem aleatória simples
- c) amostragem aleatória simples e amostragem sistemática
- d) amostragem sistemática e amostragem por conglomerados
- e) censo e amostragem por conglomerados

REPRODUÇÃO ANALÓGICA E DIGITAL E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES*Júlia Branco*

40. Qual das seguintes características NÃO é uma vantagem da impressão digital em comparação com a impressão analógica?

- a) Personalização e variação de conteúdo de forma fácil.
- b) Ideal para pequenas tiragens ou impressões sob demanda.
- c) Alta qualidade de impressão e detalhes finos.
- d) Geralmente mais rápido e mais econômico para grandes tiragens.

- e) Processo que envolve a transferência de dados digitais diretamente para o dispositivo de impressão.

EIXO TEMÁTICO 3**ECONOMIA***Amanda Aires*

41. (Macroeconomia / Modelo Keynesiano) Qual das seguintes afirmações melhor descreve uma característica-chave do modelo Keynesiano?

- a) O modelo Keynesiano enfatiza a importância da livre concorrência e da auto-regulação dos mercados para alcançar o pleno emprego.
- b) No modelo Keynesiano, as flutuações na atividade econômica são principalmente devido a mudanças na oferta agregada de bens e serviços.
- c) Uma característica central do modelo Keynesiano é a ênfase na intervenção governamental para corrigir falhas de mercado e promover o pleno emprego.
- d) Segundo o modelo Keynesiano, os preços e salários são flexíveis e se ajustam rapidamente para equilibrar a demanda e a oferta na economia.
- e) O modelo Keynesiano postula que o consumo e o investimento são impulsionados principalmente pela expectativa de lucros das empresas.

42. (Macroeconomia / Multiplicador Keynesiano) Suponha que o governo de um país decida aumentar seus gastos em investimentos em infraestrutura em R\$ 100 milhões. Se o multiplicador keynesiano para a economia desse país é 2, qual será o impacto final no produto interno bruto (PIB)?

- a) Aumentará em R\$ 100 milhões.
- b) Aumentará em R\$ 200 milhões.
- c) Aumentará em R\$ 50 milhões.
- d) Aumentará em R\$ 300 milhões.
- e) Aumentará em R\$ 700 milhões.

43. Suponha que um governo decida aumentar seus gastos públicos para estimular a economia em um cenário representado pelo modelo IS-LM. Como esse aumento nos gastos do governo afetará o equilíbrio da economia, considerando o modelo IS-LM?

- a) Aumentará a taxa de juros e diminuirá a produção devido ao deslocamento da curva IS para a esquerda.
- b) Reduzirá a taxa de juros e aumentará a produção devido ao deslocamento da curva IS para a esquerda.
- c) Aumentará a taxa de juros e aumentará a produção devido ao deslocamento da curva LM para a direita.
- d) Reduzirá a taxa de juros e diminuirá a produção devido ao deslocamento da curva LM para a direita.
- e) Aumentará a taxa de juros e aumentará a produção devido ao deslocamento da curva IS para a direita.

44. (Macroeconomia / Modelo IS-LM) Suponha que uma economia esteja inicialmente em equilíbrio com baixo nível de produção e uma taxa de juros relativamente alta. Se o governo implementar uma política fiscal expansionista e, simultaneamente, o banco central realizar uma política monetária expansionista, como essas políticas afetarão o equilíbrio da economia, considerando o modelo IS-LM?

- a) Aumentará a produção devido ao deslocamento da curva IS para a direita e da curva LM para direita. Contudo, o efeito sobre a taxa de juros é incerto.
- b) Aumentará a produção e aumentará a taxa de juros devido ao deslocamento da curva IS para a direita e da curva LM para cima.
- c) Reduzirá a produção e reduzirá a taxa de juros devido ao deslocamento da curva IS para a esquerda e da curva LM para baixo.
- d) Reduzirá a produção e aumentará a taxa de juros devido ao deslocamento da curva IS para a esquerda e da curva LM para baixo.
- e) Não haverá efeito sobre a produção, mas a taxa de juros aumentará devido ao deslocamento da curva IS para a direita e da curva LM para baixo.

45. (Macroeconomia / Curva de Phillips) Suponha que uma economia inicialmente esteja operando no ponto A da Curva de Phillips, onde há um baixo nível de desemprego e uma taxa de inflação moderada. Em seguida, o governo implementa uma política monetária expansionista para estimular a economia.

Como essa política monetária expansionista afetará a posição da economia na Curva de Phillips?

- a) A economia se moverá para um ponto de menor desemprego e maior inflação.
- b) A economia se moverá para um ponto de maior desemprego e menor inflação.
- c) A economia permanecerá no ponto A da Curva de Phillips.
- d) A economia se moverá para um ponto de maior desemprego e maior inflação.
- e) A economia se moverá para um ponto de menor desemprego e menor inflação.

46. (Macroeconomia / Política Monetária) Como uma redução da taxa de juros pelo banco central pode afetar a economia de um país?

- a) A redução da taxa de juros tende a aumentar o consumo e o investimento, estimulando o crescimento econômico.
- b) A redução da taxa de juros geralmente leva a um aumento da poupança, reduzindo assim a demanda agregada e desacelerando a economia.
- c) A redução da taxa de juros aumenta os custos de empréstimos, levando a uma diminuição dos gastos dos consumidores e das empresas.
- d) A redução da taxa de juros não tem impacto na economia, pois as decisões de consumo e investimento são determinadas principalmente por outros fatores.
- e) A redução da taxa de juros tende a aumentar a taxa de desemprego, pois os custos de empréstimos para as empresas aumentam.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

47. Antigamente, acreditava-se que o mercado por si só resolvia a maioria dos problemas da sociedade, principalmente os econômicos. Quem pensava assim eram os teóricos da teoria clássica, como *Adam Smith*. Eles pregavam o liberalismo econômico e a “mão invisível do mercado”, o qual afirmava que o interesse individual, por si só, poderia resultar na melhoria do bem comum.

Na lógica de *Adam Smith*, o Estado possui apenas três funções: a defesa da sociedade contra os inimigos externos, a proteção dos indivíduos contra as ofensas mútuas e a realização de obras públicas que não possam ser realizadas pela iniciativa privada (BOBBIO, 1992).

Acerca do que dispõe a política fiscal no Brasil, assinale a alternativa correta

- a) As funções distributivas e estabilizadora devem ser conduzidas pelo governo central, enquanto que a função alocativa pode ser conduzida pelas três esferas de Governo.
- b) O keynesianismo basicamente estuda as medidas de intervenção do governo na economia, com enfoque na função distributiva
- c) A teoria clássica das finanças defendia que o Estado deveria intervir sempre que possível, tanto na vida pessoal (liberalismo individual) quanto na vida econômica (liberalismo econômico).
- d) o resultado nominal apurado em certo período não afeta o estoque de dívida bruta
- e) Política monetária reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas

POLÍTICAS COMERCIAIS E COMÉRCIO EXTERIOR

Áulus Dias

48. Acerca dos efeitos das políticas comerciais, assinale a alternativa correta.

- a) A imposição de uma tarifa de importação provoca o aumento do preço do bem no país exportador e a redução do preço desse mesmo bem no país importador.
- b) A eliminação das barreiras ao comércio internacional enseja uma redução do mercado consumidor disponível aos produtores.
- c) A eliminação das barreiras ao comércio internacional impede que os produtores se beneficiem das economias de escala.
- d) A imposição de uma tarifa de importação provoca um aumento na oferta de produtos no território do país que a adota.
- e) A eliminação das barreiras ao comércio exterior produz um efeito de estabilização dos preços internos praticados pelos produtores nacionais.

49. Sobre a estrutura institucional e funcionamento da Organização Mundial do Comércio, assinale a alternativa correta.

- a) O órgão de cúpula da OMC é o Conselho Geral, que tem reuniões ordinárias a cada dois anos.
- b) Na OMC, as decisões são adotadas, em regra, por unanimidade.
- c) No âmbito do sistema de solução de controvérsias da OMC, o relatório do grupo especial submetido ao Órgão de Solução de Controvérsias é adotado por consenso negativo.
- d) Para que um Estado ou território aduaneiro possa aderir à OMC, exige-se concordância de 3/4 dos membros da organização.
- e) Quando há votação, cada membro da OMC tem direito a um voto, e as decisões são tomadas, sempre, pela maioria dos votos.

50. A respeito das instituições intervenientes no comércio exterior brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Compete à SECEX dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas.
- b) Compete à Receita Federal estabelecer as alíquotas do Imposto de Importação, observadas as condições e os limites estabelecidos em lei.
- c) Compete à CAMEX apoiar o exportador brasileiro submetido a investigações de defesa comercial no exterior.
- d) Compete à CAMEX estabelecer a estratégia e as orientações de comércio exterior, com vistas à inserção do País na economia internacional.
- e) Compete à CAMEX negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira.

EIXO TEMÁTICO 4

ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

51. Conforme estabelecido pela Lei nº 4.320/1964, a execução das despesas orçamentárias ocorre através de três etapas: empenho, liquidação e pagamento.

Qual das alternativas abaixo descreve o tipo de empenho utilizado para despesas com valor definido e sujeitas a parcelamento, como por exemplo os compromissos relacionados a aluguéis?

- a) Fixo.
- b) Global.
- c) Ordinário.
- d) Estimativo.
- e) Operacional.

52. No estudo do orçamento público, tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelecem diversas atribuições para os instrumentos de planejamento orçamentário. Contudo, há aspectos que são complementados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Marque a alternativa que aborda um desses pontos complementares:

- a) à renúncia de receita
- b) às alterações na legislação tributária
- c) ao controle de custos
- d) aos critérios para limitação de empenho
- e) aos objetivos das políticas macroeconômicas

CONTABILIDADE*Júlio Cardoso*

53. Considerando a utilização de custos contábeis na definição de tarifas, julgue as afirmações como verdadeira (V) ou falsa (falsa):

- () A relação entre os custos contábeis e as tarifas praticadas por um operador de serviço público sob concessão não possuem relação com o regime regulatório e as regras específicas de cada serviço.
- () Considerando a sustentabilidade econômico-financeira da entidade regulada, todos os custos incorridos pelo operador do serviço concedido serão considerados na definição das tarifas praticadas.
- () Alguns princípios como, a presunção de gestão prudente, realismo e materialidade devem orientar o regulador para a determinação de custos que serão excluídos da determinação de tarifas.
- () No contexto do perímetro da informação, dados contábeis originais fornecidos ao regulador pelo operador não são de utilização obrigatória, visto que os reguladores tem o direito de auditar esses dados, como também excluir linhas de custos incorridos.
- a) V-V-V-V
b) V-V-V-F
c) F-V-V-F
d) F-F-V-V
e) V-V-V-V

AS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS E AS AGÊNCIAS REGULADORAS NO BRASIL, AS AGÊNCIAS REGULADORAS E O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E ÓRGÃOS REGULADORES NO BRASIL: HISTÓRICO E CARACTERÍSTICA DAS AUTARQUIAS*Herbert Almeida*

54. A União pretende criar agência reguladora para atuar no exercício da fiscalização de atividades potencialmente causadoras de danos ao meio ambiente. Acerca das características dessas entidades, assinale a opção correta.
- a) terá personalidade jurídica de direito público, representando uma qualificação dada às fundações públicas que atuem na área a ser regulada.
- b) será criada por autorização legislativa, com a posterior qualificação pelo Ministério correspondente.
- c) podem inovar primariamente no ordenamento jurídico, de forma autônoma, nos termos constitucionais.
- d) seus dirigentes terão estabilidade durante os mandatos, que têm prazo fixo de dois anos, permitida a recondução.
- e) será dirigida por um colegiado cujos membros são nomeados por prazo determinado pelo Presidente da República, após prévia aprovação pelo Senado Federal, vedada a exoneração *ad nutum*.

ASPECTOS ECONÔMICOS DA REGULAÇÃO*Celso Natale*

55. A respeito dos esquemas de regulação pelo desempenho, ou "yardstick competition", em que o desempenho das empresas reguladas é avaliado por meio da comparação com uma referência média (benchmark), qual das seguintes afirmações é verdadeira?

- a) Esse tipo de regulação elimina as práticas de colusão entre as empresas reguladas.
- b) Esses esquemas comparam as empresas com benchmarks, sem impactar a produtividade ou os custos.
- c) Além de aumentar a produtividade, esses esquemas também podem incentivar a redução de custos, mas não excluem completamente a possibilidade de colusão entre as empresas.
- d) Esse método de regulação desestimula redução de custos nas empresas do setor.
- e) Tais esquemas desencorajam aumentos de produtividade e elevam os custos operacionais das firmas reguladas.

56. No contexto da regulação no mercado brasileiro, algumas ferramentas e abordagens buscam aumentar a efetividade e reduzir impactos, inserindo-se no ciclo regulatório.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) A realização de Avaliação do Resultado Regulatório é obrigatória na edição e alteração de atos normativos de interesse geral.
- b) Os atos normativos cuja Análise do Impacto Regulatório tenha sido dispensada em razão de urgência serão dispensados de Avaliação do Resultado Regulatório no prazo de três anos, contado da data de sua entrada em vigor.
- c) O Risco de Captura descreve a situação em que determinada agência reguladora passa a buscar seus próprios interesses, em detrimento de interesses da sociedade.

d) A Análise do Impacto Regulatório é dispensada em caso de atos normativos que implicam aumento de despesas orçamentárias.

e) A criação de "sandboxes regulatórios" que permite que novos produtos e serviços sejam testados em condições controladas, sem a aplicação plena das normas regulatórias existentes, facilitando a inovação responsável e permitindo que os reguladores compreendam melhor as implicações antes de decidir sobre regulações definitivas.

FORMAS DE REGULAÇÃO*Nick Simonek*

57. Imagine que a Agência Reguladora Federal Alfa foi cooptada pelo setor empresarial regulado, diante do forte poderio econômico das empresas atuantes no mercado. Assim, a Agência Alfa acabou por abandonar a atuação imparcial e técnica que deveria ter e passou a operar em benefício dos próprios regulados, servindo de instrumento para proteção e benefício de interesses setoriais que deveriam ser fiscalizados.

Essa situação hipotética é tratada pela doutrina de Direito Administrativo como teoria

- a) dos motivos determinantes.
- b) do risco administrativo.
- c) da captura.
- d) da aparência.
- e) do fato consumado.

58. A respeito das Agências Reguladoras, de acordo com a legislação e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) As propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos poderão ser precedidas da realização de Análise de Impacto Regulatório, cujos requisitos mínimos devem estar previstos na lei que instituiu a respectiva agência reguladora.
- b) A agência reguladora deverá implementar, em cada biênio, plano de comunicação voltado à divulgação, com caráter informativo e educativo, de suas atividades e dos direitos dos usuários perante a agência reguladora e as empresas que compõem o setor regulado.
- c) O movimento de constituição de agências reguladoras, no Brasil, deu-se no mesmo contexto histórico de formação das agências reguladoras norte-americanas, pois, em ambos os casos, a criação dessas entidades se deu com o objetivo de ampliar o controle do Estado sobre o domínio econômico.
- d) Em matérias de ordem técnica, o Poder Judiciário possui um dever de deferência em relação às decisões técnicas adotadas por entidades reguladoras.
- e) Os reajustes tarifários, definidos por agências reguladoras, devem ter como limite os índices oficiais de inflação.

**DIREITO DO CONSUMIDOR: LEI Nº
8.078/1990 E ALTERAÇÕES**

Paulo Sousa

59. O fornecedor de serviços não será responsabilizado quando provar:

- a) culpa exclusiva de um funcionário seu;
- b) culpa concorrente do consumidor;
- c) que é profissional liberal e sua atividade é de meio, não de resultado;
- d) culpa exclusiva de terceiro;
- e) que o fato ocorrido era um risco já esperado pela prestação do serviço.

**A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO
BRASIL**

Rubens Maurício

60. A estrutura organizacional das entidades fechadas de previdência complementar que se relacionam com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, nos termos da Lei Complementar 108/2001, é constituída de:

- a) conselho de administração, conselho fiscal e diretoria-executiva.
- b) presidência, conselho de administração, conselho fiscal.
- c) conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.
- d) conselho deliberativo, conselho jurídico e diretoria-executiva.
- e) conselho deliberativo e diretoria-executiva, somente.

EIXO TEMÁTICO 5**COMPREENSÃO DE TEXTOS ESCRITOS EM LÍNGUA INGLESA, VOCABULÁRIO, COESÃO E COERÊNCIA***Adolfo Sá***Electric and hybrid car sales to rise to new global record in 2024**

Electric and plug-in hybrid car sales will jump to a new global record in 2024 despite slowing growth in some markets, according to forecasts from the influential International Energy Agency (IEA).

The Paris-based forecaster said that 17m battery electric vehicles and plug-in hybrid electric vehicles will be sold in 2024, up more than 20% compared with 2023.

The IEA also said most electric cars will cost the same as petrol equivalents by 2030 as prices drop. [Tesla lowered prices](#) over the weekend as it fights to retain its market share amid fierce competition from Chinese rivals such as BYD, its closest contender as the world's [largest producer of battery electric cars](#).

Carmakers have complained that growth in demand for electric cars is slowing, forcing them to offer discounts to compete. While this could damage some carmakers, lower prices are also likely to accelerate the transition, the IEA said.

Fatih Birol, the energy economist who heads the IEA, acknowledged that sales are stronger in some countries than others, but added that there was clear momentum for the transition.

“Rather than tapering off, the global EV revolution appears to be gearing up for a new phase of growth,” he said.

“The wave of investment in battery manufacturing suggests the EV supply chain is advancing to meet automakers’ ambitious plans for expansion. As a result, the share of EVs on the roads is expected to continue to climb rapidly.”

In the first quarter of 2024 there were more sales of electric and plug-in hybrids (which combine a petrol engine with a battery) than in the whole of 2020, the IEA said.

[Hybrids still emit large amounts of CO₂](#) when in use, although some in the car industry argue that – [if used correctly](#) – they are a necessary step to lower emissions until public charging infrastructure improves.

Some countries have concentrated on encouraging electric vehicle adoption: four-fifths of [all cars sold in Norway](#) in 2023 were electric. However, policies vary widely, with China and richer European countries generally ahead of the rest of the world, including the US.

The UK was Europe’s biggest electric car market over the first three months of 2023 for the first time, according to Matthias Schmidt, an independent [analyst](#).

The timing of the adoption of electric cars in Europe is heavily influenced by the regulations, as carmakers try to eke out profits from their petrol and diesel models while avoiding fines for failing to sell enough electric cars.

Schmidt said he expected UK electric sales in 2024 to remain equal to or slightly higher than Germany, which has a bigger population. Schmidt said German sales were suffering due to subsidy cuts, and because manufacturers are deliberately holding back sales until 2025, when tougher rules on average CO₂ emissions come in.

“That delay will give Chinese manufacturers a small window to manipulate, because from 2025 the traditional manufacturers will really begin their electric vehicle push in earnest,” Schmidt said.

In the UK the government removed subsidies from [privately bought electric cars](#) in 2022.

The Society of Motor Manufacturers and Traders on Tuesday raised concerns about the separate grants for zero-emissions lorries. The lobby group said the grants were not being used because it takes too long to certify that trucks produce zero emissions.

<https://www.theguardian.com/environment/2024/apr/23/electric-and-hybrid-car-sales-to-rise-to-new-global-record-in-2024>

61. What is the forecast for electric and hybrid car sales in 2024, according to the International Energy Agency (IEA)?

- a) Decrease compared to 2023
- b) Remain the same as in 2023
- c) Increase by more than 20% compared to 2023
- d) Decrease by more than 20% compared to 2023
- e) Increase by less than 20% compared to 2023

62. What is the reason for the delay in German electric car sales, according to the text?

- a) Lack of consumer interest.
- b) reduction in financial aid.
- c) Environmental concerns.
- d) Government regulations .
- e) Technological limitations.

63. What action does Tesla take to maintain market share, according to the text?

- a) Increase prices
- b) Reduce production
- c) Expand into new markets
- d) reduction in price
- e) Improve product quality

64. What does the IEA predict about the share of electric vehicles (EVs) on the roads?

- a) Expected to decrease rapidly
- b) Expected to stabilize
- c) Expected to increase rapidly
- d) Expected to remain constant
- e) Expected to fluctuate unpredictably

65.

READ THE FOLLOWING PARAGRAPH.

Electric and plug-in hybrid car sales will jump to a new global record in 2024 despite slowing growth in some markets, according to forecasts from the influential International Energy Agency (IEA).

The word **DESPITE** could be replaced, without changing its meaning, by

- a) Moreover
- b) In spite of
- c) Thus
- d) Nonetheless
- e) Although

66.

READ THE FOLLOWING PARAGRAPH.

The IEA also said most electric cars will cost the same as petrol equivalents by 2030 as prices drop. [Tesla lowered prices](#) over the weekend as it **fighters** to retain its market share amid fierce competition from Chinese rivals such as BYD, its closest contender as the world's [largest producer of battery electric cars](#).

The word in bold **FIGHTS** could be replaced, without changing its meaning, by:

- a) Struggle
 - b) Yield
 - c) Surrender
 - d) Concede
 - e) acquiesce
-

67.

READ THE PARAGRAPH BELOW.

Carmakers have complained that growth in demand for electric cars is slowing, forcing them to offer discounts to compete. While this could damage some carmakers, lower prices are also likely to accelerate the transition, the IEA said.

Choose the option which could replace WHILE without changing its meaning.

- a) SO
- b) BESIDES
- c) WHEREAS
- d) NEVERTHELESS
- e) DESPITE

68.

READ THE PARAGRAPH BELOW.

Fatih Birol, the energy economist who heads the IEA, acknowledged that sales are **stronger** in some countries than others, but added that there was clear momentum for the transition.

Choose the option which presents the adjective with the same usage as STRONGER.

- a) That documentary was more interesting than the movie.
- b) Among all the documentaries I've watched, this one is the most interesting.
- c) After winning the competition, she felt the happiest she had ever been.
- d) This method is less efficient than the one proposed by the expert.
- e) Among all the candidates, he is the least qualified for the position.

69.

READ THE PARAGRAPH BELOW.

“Rather than **tapering off**, the global EV revolution appears to be **gearing up** for a new phase of growth,” he said.

The phrasal verbs in bold mean, respectively:

- a) to become higher gradually / prepare
- b) to become smaller fast / interrupt
- c) to reduce / increase
- d) to become smaller gradually / decrease
- e) to become smaller gradually / prepare

70.

READ THE SENTENCE BELOW.

While this **could** damage some carmakers, lower prices are also likely to accelerate the transition, the IEA said.

The word COULD expresses:

- a) Ability
 - b) Possibility
 - c) Permission
 - d) Obligation
 - e) Suggestion
-

Discursiva

O governo tem papel relevante no desenvolvimento de uma nação, lançando mão de políticas públicas que induzam crescimento econômico e maior justiça social. Nesse sentido, o governo precisa balancear os diferentes tipos de política econômica – incluída política monetária e fiscal – para desempenhar seu papel. Nesse contexto, responda ao que se pede a seguir.

- i. Descreva como a função estabilizadora do governo contribui para o desenvolvimento de um país.
- ii. Indique como a política fiscal se relaciona com a função distributiva. Apresente um exemplo.
- iii. Suponha que o governo eleve seu esforço fiscal para reduzir o déficit fiscal, como forma de melhorar as contas públicas. Qual conceito de déficit o governo deve usar na condução dessa política fiscal? Por quê?
- iv. Qual conceito de déficit é mais relevante para considerar a evolução da dívida pública? Por quê?

Extensão: 35 a 45 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
